



Indústria Carbonífera em Siderópolis: reflexões e disputas em torno dos patrimônios da Companhia Siderúrgica Nacional

Carbonifer industry in Siderópolis: reflections and disputes about the heritage of the National Steel Company

CARDOSO, Michele Gonçalves¹

RODRIGUES, Elaine²

Resumo: Este trabalho propõe reflexões sobre um conjunto de estruturas presentes na antiga vila operária de Rio Fiorita, situada na cidade de Siderópolis/SC, dando maior atenção a duas estruturas: o Escritório da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e o Recreio do Trabalhador. A vila operária foi construída a partir da chegada da CSN no ano de 1941. A siderúrgica construiu diversas edificações para atender suas necessidades, de seus funcionários e de seus familiares. No ano de 1991, com o fechamento da CSN essas estruturas foram entregues à prefeitura municipal, fato que desencadeou diversas disputas. Os conflitos em torno dos possíveis usos desses espaços ressaltam tensões entre diferentes personagens: o sindicato, os políticos e

1. Mestre em História - Doutoranda em História - Programa de Pós-Graduação em História da UDESC - Professora do Departamento de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Av. Universitária, 1105 - Bairro Universitário - Criciúma-SC - Bolsista FUMDES/ UNIEDU. E-mail: michelegc@unesc.net.

2. Graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: nanirodri6@hotmail.com.

Recebido em: 03/03/2017
Aprovado em: 07/05/2017

a associação de moradores. Estes grupos fundamentam seus argumentos evocando diferentes memórias e interesses. Nesse sentido, buscou-se por meio da análise de fontes orais e documentais, compreender as motivações desses diferentes setores, evidenciando contradições e ações desenvolvidas por esses agentes. Em especial, enfocamos o tombamento de duas edificações pelo poder público municipal, como estratégia para a conservação e manutenção dessas estruturas.

Palavras-chave: patrimônio industrial; vila operária; estruturas do carvão.

Abstract: This work proposes reflections on a set of structures present in the old working village of Rio Fiorita, located in the city of Siderópolis / SC, giving more attention to two structures: the Office of Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) and Recreio do Trabalhador. The working village was built from the arrival of CSN in the year 1941. The steelmaker built several buildings to meet their needs, their employees and their families. In 1991, with the closure of CSN, these structures were handed over to the municipal government, which triggered several disputes. Conflicts over the possible uses of these spaces stress tensions between different characters: the union, politicians and the residents' association. These groups base their arguments on different memories and interests. In this sense, it was sought through the analysis of oral and documentary sources, to understand the motivations of these different sectors, evidencing contradictions and actions developed by these agents. In particular, we focus on the tipping of two buildings by the municipal public power, as a strategy for the conservation and maintenance of these structures.

Key-words: Industrial heritage, working village, Coal structure.

Este artigo tem como objetivo analisar um conjunto de edificações vinculadas as atividades carboníferas na cidade de Siderópolis/SC, dando ênfase a duas estruturas: o Recreio do Trabalhador e o Escritório da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Esses bens foram construídos no período de instalação da empresa, na década de 1940. A chegada da Siderúrgica ocasionou uma série de mudanças econômicas, sociais e urbanas em toda a região. Apesar de o minério ser explorado desde meados de 1914, como aponta uma carta de Polydoro Santiago (BELOLLI, QUADROS, GUIDI, 2002, p.33), as transformações econômicas e urbanas na cidade de Siderópolis (antiga Nova Belluno) se deram com a chegada da CSN:

Tanto as localidades de Capivari como de Nova Belluno eram pouco povoadas até a década de 1940. Com a construção da usina de beneficiamento e a unidade de mineração da CSN, começaram a chegar pessoas nas vilas em busca de emprego ou com intenção de montar um pequeno negócio (MORAES, GOULARTI FILHO, 2011, p. 228).

Segundo Roseli Terezinha Bernardo, “a CSN foi criada no Rio de Janeiro com o intuito de transformar em aço o ferro explorado em Minas Gerais,” (BERNARDO, 2004, lbp.397) sendo que para tal era necessário utilizar o carvão produzido em Santa Catarina. Assim, instalou-se em Nova Belluno uma série de estruturas que objetivavam atender as demandas da empresa e de seus engenheiros vindos do Rio de Janeiro, iniciando uma nova fase na produção de carvão.

A extração intensificada pela presença da CSN acelerou o processo de urbanização

da cidade tendo seu crescimento concentrado em torno da estatal. Até mesmo o nome da cidade revela a importância da instalação da empresa. Foi em homenagem a Siderúrgica, que o distrito passou a denominar-se Siderópolis em 19/12/1958, através da lei estadual nº 380 (IBGE, Histórico de Siderópolis, 2016).

A fundação da estatal na década de 1940 refletia um momento de desenvolvimento nacional e de um intenso processo de industrialização promovido pelo governo de Getúlio Vargas que:

Procurava criar uma nova concepção de relação entre o Estado e a classe trabalhadora. Ideais esses que foram incorporados no processo de criação e implantação da CSN. Por isso, o projeto tinha um determinado padrão de planejamento, uma espécie de modelo de gestão urbano-industrial. Assim, a empresa estava presente em todas as esferas da vida de seus operários (ARAÚJO, 2015, p.2).

Os territórios do jovem município de Siderópolis eram demarcados pelas estruturas do carvão e pela hierarquia das funções desempenhadas na empresa. A cidade era dividida entre vilas onde moravam os engenheiros vindos do Rio de Janeiro e suas famílias, e a vila dos operários.

O bairro Rio Fiorita foi escolhido para abrigar a sede da empresa, que construiu ali todas as estruturas necessárias para seu funcionamento. Rio Fiorita seguiu o exemplo da vila operária construída em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, que foi pensada e estruturada a partir do modelo de “cidade industrial do arquiteto” francês Tony Garnier, adaptado pelo arquiteto Atilio Corrêa Lima³ ao “autoritarismo populista de Getúlio Vargas”. O objetivo era a construção de uma cidade modelo, com um planejamento residencial evidenciando a “hegemonia dos mais graduados na empresa” (ARAÚJO, 2015, p.3).

Nesse modelo aplicado nas vilas operárias da CSN podemos evidenciar uma disposição hierárquica, analisando a construção de “casas de alvenaria para administradores e engenheiros, em vilas especialmente para esse fim, e em todo Rio Fiorita, casas de madeiras para todos os demais funcionários” (DAVID, 2015, p.29). A dinâmica dessas vilas era elaborada para garantir o controle dos operários dentro e fora do local de trabalho.

A estrutura da vila operária reproduzia a estrutura disciplinar da usina, com arranjo espacial que representava essa ordem, havendo com isto, um duplo controle dos trabalhadores configurando uma verdadeira *company-town* (CALIFE, 2000; MOREIRA, 2000; FONTES e LAMARÃO, 2006; PIQUET, 1998, apud, ARAÚJO, 2015, p.3).

Além das casas, as vilas contavam com açougue, ambulatórios, armazéns,
3. Atilio Correa Lima foi arquiteto, urbanista, paisagista e designe. Atuou em vários projetos como o plano urbanístico da nova capital do estado de Goiás, além de desenvolver no Rio de Janeiro o Plano Regional de Urbanização do Vale do Paraíba, o Plano da Cidade Operária de Volta Redonda e o Plano da Cidade Operária da Fábrica Nacional de Motores, inacabado em decorrência de morte prematura. (ITAÚ CULTURAL, 2017)

escolas, a sede administrativa da empresa, e posteriormente foram construídos os espaços de lazer – como os campos de futebol e as sedes recreativas. Esse padrão adotado era inspirado no “modelo capitalista vivenciado na Europa, que mostra como tudo na vila operária pertencia à Companhia Mineradora” (BERNARDO, COSTA, OSTETTO, 2004, p.105). Cada uma dessas construções cumpria um papel fundamental para o funcionamento das atividades carboníferas: seja para extração ou escoamento, seja para controle e disciplinarização dos trabalhadores das minas.

Segundo Ronaldo David (2015, p.39), a vila operária de Rio Fiorita foi arquitetada ao longo do rio que corta o bairro, o que possibilitou a construção de uma usina para gerar energia e duas subestações. Isso tornava o bairro o único lugar além da cidade de Criciúma - vizinha de Siderópolis - a ter energia elétrica no sul de Santa Catarina, com o diferencial de que em Rio Fiorita, todas as casas e edifícios construídos pela CSN possuíam energia.

O crescimento foi muito rápido, “de 1942, quando tinha apenas umas 190 pessoas, Rio Fiorita passa progressivamente em 1944 para 600, e em 1950, para aproximadamente 1800 residentes no local” (DAVID, 2015, p.64). Os motivos que atraíam essas pessoas estavam relacionados com as condições de trabalho oferecidas pela empresa, considerada uma das melhores do setor carbonífero. Além disso, a assistência ofertada pela Siderúrgica, que realizava desde a distribuição de cestas básicas até assistência médica e odontológica, farmácia e um ambulatório muito bem equipado (DAVID, 2015, p.71) também eram fatores de atração para esses trabalhadores.

Também foi a CSN que disponibilizou um serviço de educação gratuito e de melhor qualidade, com a construção da primeira escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que objetivava ampliar a formação de mão de obra especializada (DAVID, 2015, p.66). A estrutura oferecida na época, ainda hoje é lembrada com saudades por aqueles que viam a empresa como uma “mãe” para seus trabalhadores. Porém, as mesmas memórias evidenciam os diversos problemas do trabalho com a extração do carvão.

Na vila operária de Rio Fiorita foi construída uma caixa de embarque do carvão, que ainda hoje é utilizada por algumas carboníferas em atividade nas cidades de Siderópolis e Treviso. A construção de toda estrutura para lavagem e escoamento do carvão possibilitou o aumento da produção. O transporte, antes realizado por tração animal, começa a ser executado por caminhões de grande porte, sendo os mais conhecidos os “fenemês” da Fábrica Nacional de Motores – FNM (DAVID, 2015, p.43). Posteriormente, sendo substituído pelo transporte ferroviário. A malha ferroviária corta o município ainda hoje, transportando o carvão produzido nas minas ativas em Lauro Muller, Treviso e Siderópolis, para a usina de Capivari/SC.

A ferrovia foi construída com autorização do Governo pela “Lei Imperial 740, de 20 de maio de 1874” e inaugurada em 01 de setembro de 1884 pela companhia inglesa “*The Donna Christina Railway Company Limited*” com sede em Londres. Seguiu o seu primeiro carregamento em 09 de fevereiro de 1886 para o porto de Laguna. Nos primeiros anos, sem muito sucesso a ferrovia era utilizada para transporte de passageiros (BELOLLI, QUADROS, GUIDE, 2002, p.33). Em Siderópolis, somente no ano de 1942 com a doação das áreas da Carbonífera Metropolitana em Treviso/SC para a CSN é que se inicia a construção de um ramal de extensão para escoamento do carvão

produzido. Construído pela empresa SOCIMBRA do Rio de Janeiro, o ramal contava com estações de embarque em Treviso e Belluno, atual município de Siderópolis.

Com 12,4 quilômetros, o ramal conta com um túnel, localizado em Siderópolis, de 388,45 metros de extensão, que ainda faz parte da paisagem do município, e se tornou atração turística, por ser a única passagem subterrânea em toda ferrovia. A construção do ramal e do túnel foi essencial para o escoamento do carvão produzido pela CSN na região de Siderópolis e Treviso diretamente à usina de Capivari no município de Tubarão.

A CSN investiu muito para garantir o bom funcionamento da empresa, trouxe maquinário de ponta para extração de carvão. Uma das aquisições da carbonífera foi a máquina escavadeira *Dragline Marion 7800* medindo 23m³ de caçamba e lança de 70m de comprimento. A *Marion* foi responsável pela extração do carvão a céu aberto e por uma grande devastação ambiental. Foi o uso dessa tecnologia que fez com que a região de Siderópolis ficasse conhecida como “paisagem lunar”, uma referência aos estragos feitos pela máquina. “A *Dragline Marion 7800* trabalhou no município de Siderópolis até a década de 90, onde causou uma devastação de aproximadamente de 1000 Ha de áreas férteis durante os 30 anos de exploração.” (LOPES, 2013).

Figura 1 -Máquina Dragline Marion 7800. S/D



Fonte: Arquivo pessoal de Rogério Dalsasso.

No ano de 1991, com a queda no mercado carbonífero, a empresa deixou a cidade gerando uma crise que afetou a economia e a vida de quem dependia dela para o seu sustento. Com o fechamento da CSN, o município buscou novas alternativas econômicas, porém as marcas deixadas pela carbonífera estão por todos os lados, seja na devastação ambiental, seja nas suas estruturas, ambas deixadas como herança dos 50 anos de exploração.

As edificações da CSN em grande parte permanecem ainda no Bairro Rio Fiorita como podemos observar no mapa abaixo:

Figura 2 - Mapa da Vila Operária de Rio Fiorita.



Fonte: Google Earth (28/10/2016).

As estruturas antes ocupadas pela Siderúrgica foram entregues à prefeitura municipal em regime de comodato, conforme consta na Lei N° 850/91 onde ficou estipulado que:

O chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a firmar Contrato de Comodato, a título gratuito, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, para a utilização do Recreio do Trabalhador, Jardim de Infância, Campo de Futebol, Ambulatório, Clube União Mineira, Escritório e Portaria, todos localizados no Bairro Rio Fiorita, neste Município (Lei N° 850/91).

Esse contrato teria validade por 30 anos. Ainda na lei outorgada pelo então prefeito José Antônio Périgo, consta que esses bens citados acima, deveriam ser destinados a serviços como saúde, atividades esportivas, lazer, atividades escolares e ainda para instalação de indústrias, respeitando as características dos imóveis. (LEI n°850/91). Segundo o ex-prefeito Douglas Gleen Warmling, que na época era vereador, no ano de 1997 esses prédios foram definitivamente comprados pelo município, por um valor simbólico de R\$ 1,00⁴.

De todas as estruturas citadas, duas em especial tornaram-se motivo de disputa: o escritório da CSN e o Recreio do Trabalhador. Trataremos dessas disputas de modo mais aprofundado no decorrer do artigo. No entanto, atentar-nos a estas disputas não significa dizer que elas não tenham ocorrido com as outras edificações. Porém, nesses outros espaços os novos usos ocorreram de maneira mais consensual.

Atualmente o Estádio Mozart Vieira campo do Itaúna Atlético Clube recebe - ainda que pouco - alguns reparos por parte da prefeitura municipal. Já o antigo ambulatório, assim como a guarita do escritório, está sob responsabilidade da Associação de Moradores do Bairro, ambos encontram-se em bom estado de conservação. No ambulatório funciona uma farmácia e na outra parte são desenvolvidas as atividades do clube de mães. A casa do guarda se tornou sede da associação onde realizam suas reuniões.

O antigo prédio do SENAI hoje pertence ao estado. Ali foi instalada em 21 de

4. Entrevista realizada com Douglas Gleen Warmling, concedida a Autora em 03/fev./2016.

Janeiro de 1956 a Escola de Educação Básica Tullo Cavallazzi.⁵ Já o Jardim de Infância, a partir de 1991, passou a ser responsabilidade da prefeitura municipal. As edificações onde funcionavam as oficinas foram entregues a outras empresas no intuito de gerar novos empregos. No prédio onde ficavam a padaria e o açougue hoje funciona uma oficina mecânica.

Neste sentido, percebemos que com o passar do tempo a comunidade se adaptou à nova realidade, possibilitando novos usos a esses locais que foram apropriados conforme suas necessidades. Mesmo com os novos usos, a comunidade ainda observa esses espaços e evoca diferentes memórias sobre o período em que a atividade carbonífera era o carro chefe da economia na cidade.

Figura 3 - Foto do Ambulatório década de 1960 e 2013.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalsasso.

Figura 4 - Foto Estádio Mozart Vieira - Campo do ITAÚNA, 2011.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalsasso.

5. Decreto nº905 de 21 de Janeiro de 1956.

Figura 5 - Foto da Guarita do Escritório anos 1950 e 2016.



Fonte: Arquivo Pessoal Rogério Dalsasso.

Figura 6 - Vista Parcial do pátio das oficinas e da linha férrea, 1960.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalsasso.

Patrimônio Industrial: contribuições para compreensão das estruturas do carvão

O abandono por parte da CSN de suas estruturas e o repasse das mesmas para o poder público suscitou diversos movimentos na cidade. O primeiro deles está diretamente vinculado aos projetos para os novos usos dos espaços. Relacionado a esses processos surgiu um movimento para o tombamento de algumas edificações. Essa movimentação partiu do poder público municipal e objetivava buscar com o tombamento mais facilidade para a captação de recursos. Apesar de não ser um movimento amplamente discutido, essa foi uma das primeiras ações no sul catarinense que buscava tomar tantas edificações relacionadas ao trabalho nas atividades carboníferas.

As estruturas consideradas “feias e sujas” não recebem grande visibilidade na região. Sua conservação estaria somente relacionada com as atividades desenvolvidas, nada além disso. Assim, esse movimento, mesmo que bastante pontual, vem despertando em Siderópolis, outros olhares para essas edificações. Olhares que se voltam ao passado, mas que pensam a manutenção dos espaços nos dias atuais. No entanto,

essa preservação é marcada por intensas disputas que envolvem diversos agentes. As disputas atuais são na grande maioria das vezes fruto de querelas do passado. Desse modo, os discursos em torno dos tombamentos e dos novos usos desses espaços nos evocam algumas discussões que dialogam com o patrimônio industrial.

A partir da segunda metade do século XX, mais precisamente após a segunda guerra mundial, a destruição de muitas fábricas desencadeou na Inglaterra um movimento protecionista relacionado ao patrimônio industrial. Para Beatriz Mugayar Kühl (2010, p. 24), a partir dos anos 1960 a preocupação com o “legado do processo industrial” tornou-se “sistemática”, principalmente pela destruição de edifícios considerados significativos. Segundo Graciela María Viñuales,

Para alguns a presença industrial estava cheia de ilusões de progresso, com suas chaminés fumegantes e as multidões que ali trabalhavam. Mas para outros estava rodeada de ruídos e sujeira. Para aqueles que amavam as arquiteturas clássicas, estas construções não tinham nenhum atrativo, e até era quase certo que nem sequer as viam como verdadeira arquitetura, senão como “mera construção” (VIÑUALES, 2007).

A salvaguarda desses bens relacionados à produção industrial também foi ganhando força à medida que os métodos tradicionais de trabalho industrial foram sendo substituídos por novas tecnologias, tornando os modelos de produção da época obsoletos (FERREIRA, 2009, p.22).

Apesar da Carta de Veneza (1964), em seu artigo primeiro, ampliar a noção de monumento histórico, “mencionando que as marcas dos ofícios comuns poderiam vir a ganhar significado ao longo do tempo” (MENEGUELLO, 2011, p.1821), foi apenas em julho de 2003, que o TICCIH – *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial) - aprovou em assembleia geral, a Carta de Nizhny Tagil, voltada exclusivamente ao patrimônio industrial e que, posteriormente, foi aprovada pela *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* – UNESCO.

Segunda a Carta de Nizhny Tagil,

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (2003, p.3).

A historiadora Cristina Meneguello afirma que devemos considerar três pontos importantes quando pensamos em patrimônios industriais. Em primeiro lugar, a importância da preservação da memória do trabalho e dos trabalhadores dentro e fora das rotinas de produção; em segundo, a preservação dos acervos relacionados a esses patrimônios: os documentos, maquinário, ferramentas, peças de reposição,

instrumentos de precisão, manuais e revistas técnicas especializadas, incluindo os acervos artísticos que representam a atividade industrial a partir de fins do século XIX e, por último, a importância das arquiteturas, “os bens edificados como a prova mais evidente e sensória da importância da indústria em dados períodos históricos” (2011, p.1819-1820).

Neste sentido, podemos perceber a relevância de preservar não apenas os bens edificados, mas também as memórias relacionadas a esses bens, os saberes da rotina de trabalho, as práticas e as relações sociais que se davam a partir dessa rotina e fora dela. Segundo Caradini, “o que se deve estudar não são as coisas, mas sim homens e relações sociais, a partir dos seus meios materiais de subsistência e produção” (1979, p. 249 apud MENEGUELLO, 2011, p. 1823).

Relacionados aos processos industriais, esses patrimônios evocam diversas memórias e são “testemunhos de mudanças culturais” (FERREIRA, 2009, p.23). Eles fazem parte de uma memória social e uma memória mutável, que são ressignificadas com o passar do tempo. “O patrimônio industrial permite a elucidação da transmissão de um saber técnico. Ele permite estabelecer hoje um elo entre as formas de produzir – o que envolve homens/mulheres e máquinas – e a cultura.” (MELLO; SILVA, 2006, p.1). Segundo a Carta de Nizhny Tagil:

O patrimônio industrial representa o testemunho de atividades que tiveram e que ainda tem profundas consequências históricas. As razões que justificam sua proteção decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais. (MENEGUELLO, 2005)

A arquitetura dessas edificações relacionada aos processos industriais é destacada por sua repetição e não pela excepcionalidade. Exemplos dessa estrutura são as próprias vilas operárias. Esses formatos eram padronizados e serviam tanto para dinamizar a produção como para o controle dos operários.

As indústrias fabris geralmente eram marcadas por seus grandes galpões e suas linhas de produção muito parecidas umas com as outras. Esses modelos estavam presentes nas revistas de engenharia e eram reproduzidos em larga escala. É essa a beleza do patrimônio industrial, onde a arquitetura é de massas, repetitiva e funcional (MENEGUELLO, 2016).

Podemos evidenciar que esses elementos que definem o patrimônio industrial, se fazem presentes na região carbonífera. A exemplo das grandes produções fabris, a funcionalidade das linhas de produção do carvão mineral é repetitiva. Era o modelo utilizado desde a revolução industrial na Europa e que foi empregado no sul catarinense desde a década de 1915, com a intensa exploração do carvão.

A Carta de Nizhny Tagil aponta que a importância do patrimônio industrial está no seu valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns. Assim, não apenas o conjunto arquitetônico construído a partir da industrialização proporcionada pela CSN, e que compõe a antiga vila operária de Rio Fiorita, mas também as práticas sociais desenvolvidas nesse processo por operários e operárias em seu cotidiano, podem ser caracterizadas na perspectiva do patrimônio industrial.

Nesse caso específico do bairro Rio Fiorita, essas edificações ligadas ao período carbonífero provocam conflitos que reverberam diversas disputas por algumas dessas edificações. Identificar seus usos originais e quais usos a comunidade atualmente oferece a elas, nos possibilita refletir como essas estruturas são compreendidas e rememoradas ainda nos dias de hoje.

Recreio do trabalhador e escritório da csn: disputas em torno dos patrimônios locais

Desse conjunto de edificações, as disputas e tensões ocorrem principalmente pela posse dos prédios do Clube Recreio do Trabalhador e do antigo escritório da CSN. Construídos em espaços privilegiados da cidade, essas disputas visam tanto à preservação das memórias ali presentes quanto o valor econômico agregado a esses bens.

Entre os grupos interessados podemos destacar a Sociedade Amigos de Siderópolis, uma associação formada por moradores e ex-moradores da cidade; a Associação de Moradores do Bairro Rio Fiorita; e o Sindicato dos Mineiros local, cada qual com objetivos específicos para o uso dessas estruturas.

O escritório da CSN, segundo o documento do 2º Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, Estado de Santa Catarina, Matrícula 6.010 de 30 de agosto de 1999, está situado na Rua 10 no bairro Rio Fiorita cidade de Siderópolis e é composto por uma área territorial de 3.936 m² tendo no local duas construções de alvenaria, uma com 675,37m² e outra com 41,22m² que correspondem ao prédio do antigo escritório da CSN e a casa do guarda. Neste documento, consta a doação desses referidos bens à prefeitura Municipal de Siderópolis, lavrada no dia 21 de agosto de 2000, livro nº 61 as fls.137 à 139, conforme documento.

O lugar escolhido para a construção do prédio com certeza era estratégico, como podemos observar na imagem abaixo. O escritório fica localizado em uma área privilegiada e mais alta da vila operária, uma representação simbólica de poder. Foi construído com o objetivo de centralizar toda a demanda burocrática da siderúrgica. No local eram executados os serviços administrativos da empresa, como serviços relacionados aos setores financeiros, comerciais e principalmente toda a parte de departamento de pessoal desde o fichamento até a demissão dos trabalhadores da companhia. Com o tempo passou a ser conhecido pelos operários como escritório.

Figura 7 - Vista do escritório da CSN, abaixo o prédio das oficinas, 1960.



Fonte: Arquivo pessoal Rogério Dalsasso.

Após a saída da CSN, o prédio foi cedido para algumas empresas, na tentativa de gerar novos empregos, porém sem êxito, acabaram fechando e deixando o local completamente abandonado.

Figura 8 - Antigo escritório da CSN, 2015.



Fonte: Arquivo pessoal Elaine Rodrigues (2015).

No ano de 2010, o então prefeito Douglas Gleen Warmling⁶ tombou o prédio como patrimônio histórico cultural pela Lei municipal N^o 1.906 de 23 de novembro de 2010. Importante destacar que a cidade de Siderópolis não possui legislação própria com relação ao patrimônio histórico. Também não possui comissão para análise de tombamentos. Desse modo, o prefeito agiu sem consultar a população tendo somente como motivação a possibilidade de captação de recursos, fato que fica evidenciado na entrevista realizada com o ex-prefeito. Ele relembra que o tombamento tinha o intuito de agilizar a execução de um projeto que faria do local um centro de múltiplos usos, porém não chegou a ser executado. Ainda conforme o ex-prefeito o tombamento foi

6. Douglas Gleen Warmling foi eleito em 2004, com mandato entre 2005/2008 e reeleito em 2008, mandato 2009/2012.

necessário:

Porque era, na verdade é, um patrimônio histórico que tem muita identificação com o município de Siderópolis, com a história da mineração de Siderópolis. E aí nós começamos, começamos a trabalhar em Brasília, e trabalhar para tentar buscar esse recurso. Eu me lembro perfeitamente que o escritório da CSN a gente conseguiu fazer um projeto, encaminhar, mas não, o governo Federal, nunca viabilizou esse recurso (WARMLING, 2016).

O abandono gera insegurança para os moradores que temem que o local seja utilizado para usos impróprios. Os moradores através da associação de bairros buscam uma solução urgente para o problema, suscitando uma discussão sobre a possível demolição para a construção de uma área de lazer.

O Sindicato dos Mineiros é uma das entidades que buscou obter a posse do Escritório. Segundo moradores, o sindicato também solicitou junto a prefeitura a doação do prédio. O objetivo era construir no local um complexo com museu do carvão, biblioteca e outros usos do próprio sindicato. Porém, a Associação dos Moradores acabou se posicionando contra a doação. Para eles o prédio deveria ser entregue ao sindicato somente na condição do mesmo disponibilizar três salas para uso da associação de moradores. Para o ex-prefeito Douglas,

O projeto da prefeitura contempla várias salas. O Sindicato não precisaria entrar nessa disputa. [...] Se eles querem fazer um museu, que eu acho importante disponibilizar um ambiente porque o prédio é grande, mas a comunidade precisa também utilizar aquele espaço (*Idem*, 2016).

Ainda segundo o ex-prefeito, a associação de moradores utiliza o prédio onde funcionava a guarita do guarda pra realizarem suas reuniões, porém o local é pequeno e o bairro necessita de um ambiente onde possam ser realizados eventos maiores como festas de aniversários e casamentos (*Idem*, 2016).

O Sindicato recebeu em doação uma área localizada em frente ao escritório da CSN conforme estipulado na Lei N^o 1.507 de 19 de maio de 2004. No local, foi construída a sede e associação do sindicato dos mineiros, e esse é um dos fatores que faz com que alguns moradores do bairro sejam contra a doação de mais uma área para o sindicato.

Para o senhor João Agostinho, o sindicato não ofereceu nenhum benefício para a associação de bairros em troca do prédio do escritório, por isso os moradores foram contra a doação. Ainda segundo o morador, “o que adianta o sindicato pegar, e pouca demora a gente ter que ir lá e pagar se é da comunidade” (AGOSTINHO, 2016).

Para uma das representantes da associação de moradores:

A questão do escritório é um impasse. Eu lamento muito mesmo, está ali como prostituição e um centro de drogas e as autoridades do município pouco fazem. O sindicato dos mineiros ia pegar, mas pra que? Queria pegar pra fazer um Museu, uma biblioteca e uma sala, que só somente eles podiam usar a comunidade não tinha acesso, teria acesso somente ao museu e a biblioteca. Mas nós queremos um centro comunitário que nós não temos. A 3^a idade e o clube de mães se reúnem ali no antigo ambulatório da CSN que está sendo

cuidado pela Associação de Moradores, se não, não tinha nem esse lugar para que a gente pudesse passar uma hora de divertimento e aprender alguma coisa, encontrar-se com os amigos (RODRIGUES, 2016).

Apesar de várias tentativas e nenhum acordo que agradasse ambas as partes, o Sindicato acabou desistindo da proposta de reforma. Agora cabe a prefeitura o destino do prédio, que continua a sofrer com o desgaste ocasionado pela falta de manutenção.

Assim como o prédio do antigo escritório, outra edificação que faz parte das memórias dos moradores é o clube “Recreio do Trabalhador”. Segundo Roseli Bernardo, era uma prática comum nas vilas operárias as construções de espaços de lazer, a exemplo das vilas operárias na Europa (2004, p.131).

O clube Recreio do Trabalhador foi construído para servir como sede da Associação ITAÚNA Atlético Clube, formada por funcionários da CSN. Conforme ata, a associação foi fundada em 04 de dezembro de 1952, porém o espaço físico do Recreio do Trabalhador foi construído anos depois, sendo inaugurado em 16 de Dezembro de 1955 (DAVID, 2015, p.72).

Segundo Ronaldo David (2015, p.81), com o crescimento da comunidade houve a necessidade da construção de um clube maior para promoção não apenas de eventos, mas reuniões da própria siderúrgica.

No caso da CSN, o interesse da empresa era instituir uma ordem social no espaço urbano criado por ela, utilizando-se para isso de inúmeros dispositivos que pudessem auxiliar na contenção dos excessos e desvios de normas no tempo do não trabalho de seus empregados. (ARAUJO, 2015, p.7).

Podemos evidenciar que isso foi comum não apenas na vila operária do Rio Fiorita, mas também nas outras vilas construídas pela CSN, como é o caso da vila operária Próspera na cidade de Criciúma, em Capivari/SC e em Volta Redonda/RJ. Tanto em Capivari quanto na Próspera, a exemplo de Siderópolis, também foram construídos o clube Recreio do Trabalhador, com as mesmas características arquitetônicas. Em Capivari o prédio hoje abriga o fórum da cidade, já na Próspera foi destruído.

No clube Recreio do Trabalhador em Rio Fiorita, aconteciam diversos eventos sociais. Por meio de fotografias evidenciamos o envolvimento de grande parte da sociedade em eventos, festas, cinema, etc. Como prática comum no controle do horário de lazer dos operários, no local também funcionava diariamente um bar, onde os funcionários se reuniam após a jornada de trabalho. Ali bebiam, jogavam dominó, baralho, passavam o seu tempo livre.

Nessa leitura/concepção, o lazer é visto como um recurso para condicionar corpos, mentes e espíritos às exigências da nova civilização mecânica e colocá-los em sintonia com os princípios e valores morais que regem a sociedade moderno-industrial de caráter fordista em formação no país. (DUMAZEDIER, 1979; PARKER, 1976 apud ARAUJO, 2015, p.8).

Além dos funcionários a própria empresa utilizava o clube para promoção de festas e jantares. O espaço também era utilizado pelo sindicato dos mineiros que

realizava suas reuniões e assembleias para deliberações diversas. Durante anos o clube foi um dos poucos lugares de diversão da comunidade, como relata Ana Maria Ferraro Rodrigues, moradora do bairro a mais de 60 anos:

O recreio do trabalhador foi muito importante, pois era o único lazer que se tinha aqui no bairro Rio Fiorita. Que era o Baile, as apresentações de teatro que eram feitas ali, e o cinema, que era muito importante para as pessoas, crescerem e aprenderem alguma coisa (RODRIGUES, 2016).

Para as empresas era imprescindível “cuidar” desse tempo livre dos funcionários, pois os lugares onde os operários se reuniam após a jornada de trabalho era visto como lugares de “agitação” ou subversão. Apesar de servir para o controle do cotidiano das vilas operárias, para as famílias que ali residiam eram a única forma de lazer.

Outro morador do bairro João Agostinho, conhecido na cidade como “Canela”, começou a trabalhar na CSN como laboratorista em 1978. Ele também fez parte da diretoria do Itaúna, e segundo ele, todo funcionário da CSN automaticamente se tornava sócio do Itaúna. Sócios particulares somente eram aceitos caso fossem apresentados por algum outro associado. Ele ainda afirma que:

O Recreio pra mim foi tudo, foi minha segunda casa, eu fiquei 25 anos ali, eu fazia e desfazia tudo ali dentro, as próprias fechaduras foram tudo eu que botei, as manutenções tudo eu fazia, isso depois que a CSN foi desativada. [...] Foi todo mundo caindo fora, saindo de Siderópolis, e ficou pra mim porque eu gostava (AGOSTINHO, 2016).

João Agostinho cuidou do clube de 1991 até 2005. Quando o Prefeito Douglas Gleen Warmling assumiu a prefeitura, solicitou sua saída. Assim, observou o desgaste do prédio ao longo dos anos até a queda parcial de sua estrutura.

Dá muita saudade né? Hoje em dia não tem lugar pra ir, os filhos da gente hoje não tem lugar pra sair ai tem que ir fora né? Agora nós ficamos sem nada, entendeu? [...] não tem mais nada pra nós aqui. A gente leva muita saudade [...] hoje em dia o que eu queria, eu queria o Recreio desse alguma coisa né, que alguém se movimentava e nós erguêssemos o Recreio (*Idem*, 2016).

Ele também guardou alguns documentos em que estão registradas várias atividades do clube ao longo dos anos. O acervo conta com livros caixas, relatórios do cinema, jogos, partidas de futebol, programações dos eventos promovidos no local, entre outros.

As memórias relacionadas a este espaço de sociabilidade ainda estão enraizadas nas lembranças da comunidade se caracterizando não apenas como patrimônio local, mas de toda região carbonífera. Nesse sentido, as memórias que evoca e as possibilidades de novos usos entram em disputa pelos diversos agentes presentes na cidade, como por exemplo, a Associação de Aposentados e a Sociedade Amigos de Siderópolis.

O ofício nº 071/96, de 07 de maio de 1996, expedido pelo prefeito Lucio Ubiali, solicitava ao Dr. Sylvio Nobrega Coutinho, então presidente da CSN em Volta Redonda/

RJ, a “doação da área e instalações do Recreio do Trabalhador e do Campo do Itaúna Atlético Clube” para a Sociedade Amigos de Siderópolis, alegando que a doação desses bens para a associação era pautada no fato de que a grande maioria dos membros são os filhos de ex-funcionários e os próprios ex-funcionários da extinta – CSN.

O pedido foi posteriormente reforçado pelo próprio presidente da Associação Volnei Silva, em carta também enviada ao Dr. Sylvio, no dia 10 de maio do mesmo ano. Segundo a carta, a Sociedade Amigos de Siderópolis, através da sua diretoria e associados, pretendia retomar aqueles locais de lazer, que tanta alegria e divertimento proporcionaram a seus pais, e reforça que o intuito da sociedade é fazer o clube voltar às atividades, e com isso fazer com que a memória cultural e social, implantada pela CSN, não venha morrer de inanição (SILVA, 1996).

Apenas no ano 2000, o prefeito Dilnei Rossa, autorizou a doação do Estádio Mozart Vieira e do Clube Recreio do Trabalhador para a Sociedade Amigos de Siderópolis (Lei nº1.322/00). No entanto, essa doação acabou sendo revogada no ano seguinte pelo novo prefeito José Antônio Périco.

No que diz respeito a esse episódio, podemos destacar a influência político partidária presente nessas disputas. Primeiro, os dois prefeitos disputavam as eleições no ano de 2000 por partidos opostos; segundo, a movimentação por parte de um vereador coligado ao Prefeito eleito, que levou a Associação de Moradores e outras entidades do bairro Rio Fiorita a se manifestarem contra a lei de doação.

Em uma nota de repúdio, intitulada “A irresponsabilidade no apagar das luzes”, divulgada e assinada pela Associação de Moradores do Bairro Rio Fiorita, Sindicato dos Mineiros, Movimento de Irmãos, Esporte Clube Estrela Vermelha e Aposentados da CSN, a associação expressa a indignação com a doação do prédio à Sociedade Amigos de Siderópolis, segundo a nota:

A COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL (CSN) levou toda a riqueza do nosso bairro, só nos deixou degradações, tínhamos a possibilidade de ficar com algumas migalhas, porém a irresponsabilidade de nossos administradores nem isso permitiram. [...] só nos resta o repúdio e desafeto, pois sabiam de nossos anseios e nada fizeram para mudar aquilo que é verdadeiramente de direito de nossa comunidade.⁷

Acredita-se que essa pressão da comunidade levou o prefeito seguinte a rever a decisão e, assim, revogar a lei de doação voltando para posse da prefeitura. A partir de então, a prefeitura passou a ser a total e única responsável pela manutenção dos prédios, foram anos de uso e de poucos reparos.

Apenas em 2007 o Recreio do Trabalhador foi tombado como Patrimônio Histórico Cultural de Siderópolis, pela lei municipal N° 1693, de 20 de julho de 2007, também pelo ex-prefeito Douglas Gleen Warmling. O objetivo do tombamento era arrecadar verbas para seu restauro, pois havia uma cobrança principalmente, dos moradores do bairro Rio Fiorita. Segundo Douglas Gleen Warmling (2016), já em 2005, quando assumiu a prefeitura, a estrutura do clube estava bem desgastada e o local abandonado. Neste

7. Texto extraído de um panfleto impresso e distribuído na cidade em dezembro de 2000. Intitulado “A irresponsabilidade no apagar das luzes. Nota de repúdio” assinado por algumas associações do bairro Rio Fiorita.

sentido ele buscou outros meios para manter o lugar em atividade. No ano de 2006, entregou a administração do clube para alguns empresários que em troca realizariam reformas e a manutenção da estrutura. Porém, a mudança na cor original, que era azul e branco – cores que representavam o Itaúna Atlético Clube - para o amarelo queimado, provocou mais revolta nos moradores. Somando isso, a pouca adesão aos eventos promovidos dificultava a manutenção e continuidade das atividades por parte dos novos administradores, que romperam o contrato, provavelmente em 2009.

Durante os anos que se seguiram o prédio foi alvo de incêndios, depredações e saques. Em abril de 2013, parte de sua estrutura caiu e hoje está praticamente destruído, restando poucas paredes erguidas.

Figura 9 - Recreio do Trabalhador, julho de 2016.



Fonte: Arquivo pessoal Elaine Rodrigues.

FIGURA 9 - Vista do Recreio do Trabalhador, em 2008.



Fonte: Arquivo Pessoal Rogério Dalsasso.

Podemos evidenciar que durante os anos que se seguiram, após o fechamento da CSN, as memórias evocadas por esses espaços foram sendo ressignificadas. No que antes fora construído para ser utilizado como espaço de trabalho, hoje reverbera disputas que vão muito além das experiências vivenciadas durante o auge da extração do carvão. Essas disputas envolvem diversos personagens e cada um deles evidencia a importância e a apropriação desses bens.

Por meio dessas disputas percebemos a representatividade desse período carbonífero que marcou não apenas a vila operária de Rio Fiorita, mas toda a região carbonífera. A intensa exploração do carvão, em particular na cidade de Siderópolis, modificou paisagens e hábitos. Modificou a rotina e o estilo de vida dos moradores locais, em especial dos moradores do bairro Rio Fiorita.

A Companhia Siderúrgica Nacional construiu a vila operária de Rio Fiorita conforme modelos próprios que já vinham sendo utilizados em outras vilas. Assim como em outros lugares industrializados, o bairro foi idealizado e estruturado para atender a demanda da produção carbonífera. Não apenas os moradores que ali residiam começaram a trabalhar na CSN, mas muitos operários vindos de outros lugares buscavam a promessa de uma vida melhor por meio da estatal. Neste sentido, famílias inteiras chegavam, com seus costumes, ali se estabeleciam e criavam laços, construindo novas identidades para a vila operária.

No frenético ritmo de produção, a presença da ferrovia se fez essencial para o escoamento do carvão, construída poucos anos depois da CSN iniciar os trabalhos de mineração. A ferrovia, os edifícios, oficinas, laboratórios e casas foram pensadas estrategicamente para abrigar o maior número de operários, essencial para execução da extração do mineral e para a ampliação da produção. Assim também os lugares de lazer, que serviam para controle do tempo de descanso dos operários. Toda essa dinâmica, deixou um misto de destruição e saudades que ficam evidentes na fala dos entrevistados.

Esses sentimentos, memórias, práticas de trabalho e/ou lazer relatados pelos moradores dão novos significados as edificações da CSN. As estruturas físicas evocam muito mais do que uma atividade econômica que chegou ao fim. Pensada em outra chave, especialmente pelo patrimônio industrial, esse conjunto permite ampliar os olhares para a cidade e também outras gradações para as disputas presentes na cidade.

Referências

ARAUJO, Fabio Salgado. *A companhia siderúrgica nacional (CSN) e as políticas sociais de lazer para os trabalhadores: os clubes sócio recreativos*, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/viewFile/1074/790>> Acesso em: 25 de Out. de 2016.

BERNARDO, Roseli Teresinha. O tempo e os espaços de entretenimento das famílias operárias mineiras. In: GOULARTI FILHO, Alcides. *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade futura, 2004. 129 p.

_____. COSTA, Marli de Oliveira. OSTETTO, Lucy Cristina. A casa e a vila: A família operária e a moradia na região carbonífera, 1913-1930. In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade futura,

2004. 99 p.

BELOLLI, Mário; QUADROS, Joice; GUIDI, Ayser. *História do Carvão de Santa Catarina: 1950-2000*. Criciúma, SC: MEG, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Histórico Siderópolis*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=421760&search=santa-catarina|sideropolis|infograficos:-historico>> Acesso em: 28 de mai. de 2016.

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, de Julho de 2003.

COSTA, Marli de Oliveira. A infância e as Vilas Operárias Mineiras da CSN. In: In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade futura, 2004. 98 p.

DAVID, Ronaldo. *Rio Fiorita II: A Companhia Siderúrgica Nacional e histórias de uma comunidade*. Ed. Do Autor. Siderópolis/SC, 2015.

_____. *Rio Fiorita: estado de espírito I*. Siderópolis, SC: Ed. do autor, 2011.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. In: *Revista Museologia e Patrimônio*, Vol. II nº 1. Jan/Jun de 2009. p. 22-35.

ITAU CULTURAL. *Biografia Atílio Correa Lima*. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa285612/atilio-correa-lima> Acesso em: 01 de mai. de 2017.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Patrimônio industrial: algumas questões em aberto*. Usjt-arq. urb. nº3. Primeiro semestre, 2010. p.23-30.

LOPES, Marcos. *A devastação deixada pela Dragline Marion 7800 no sul do país*. Disponível em: <<http://tecnicoemineracao.com.br/devastacao-deixada-dragline-marion-7800-sul-pais>> Acesso em: 25 de ago. de 2016.

MELLO E SILVA, L. (2006). Patrimônio Industrial: Passado e Presente. Patrimônio: *Revista Eletrônica do Iphan*. Brasília, v. 4. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em: 27 de jul. de 2016.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio Industrial como tema de pesquisa. In: *I Seminário de História do Tempo Presente*, ANPUH/SC, Anais. Florianópolis: UDESC, 2011. p.1819-1834.

MENEGUELLO & RUBINO (2005). Preservação do patrimônio industrial no Brasil. Entrevista concedida a Maria Cristina Schicchi. *Revista Óculum Ensaios*. PUC-Campinas.

MENESES, José Newton Coelho. *História e turismo cultural*. Cap. I. Belo Horizonte: Autêntica. 2004. p. 17-30.

MORAES, Fábio Farias de, FILHO, Alcides Goulart. A companhia Siderúrgica Nacional na formação do complexo carbonífero Catarinense. In: CAROLA, Carlos Renato (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2011. 219 p.

VIÑUALES, Graciela María. *Olhares sobre o patrimônio indústria*. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/182> Acesso: 20/Out/2016.

Entrevistas:

AGOSTINHO, João. Entrevista concedida a autora. Siderópolis 22 de Mar. de 2016.

RODRIGUES, Ana Maria Ferraro. Entrevista concedida a autora. Siderópolis 28 de Fev. de 2016.

WARMLING, Douglas Gleen. Entrevista concedida a autora. Siderópolis 03 de Fev. de 2016.

Documentos:

SANTA CATARINA. Lei nº 1.906, de 23 de novembro de 2010. Siderópolis, 2010.

SANTA CATARINA. Lei nº 1693, de 20 de julho de 2007. Siderópolis, 2007.

SANTA CATARINA. Lei nº 1.322/00, de 29 de dezembro de 2000. Siderópolis, 2000.

SANTA CATARINA. Lei nº 850/91, de 02 de agosto de 1991. Siderópolis, 1991.

SANTA CATARINA. Lei nº 1.507, de 19 de maio de 2004. Siderópolis, 2004.

SANTA CATARINA. Lei nº 60, de 23 de 01 de Julho de 1913. Urussanga, 1913.

SANTA CATARINA. Decreto nº905 de 21 de Janeiro de 1956.

SILVA, Volnei. [Carta] 10 mai. 1999, Siderópolis. [para] Companhia Siderúrgica Nacional, Rio de Janeiro.

Ofício nº 071/96, de 07 de maio de 1996. Siderópolis, 1996